



Editorial

O ano de 2008 começa com muito otimismo para os profissionais da química. Além do grande investimento em diversos setores da economia, tanto no Rio de Janeiro quanto no Espírito Santo, a descoberta de novas reservas de petróleo pela Petrobras e os leilões promovidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), trazem boas perspectivas para o ano que está apenas começando.

Focado nesses temas, nossa matéria principal destaca a importância desta descoberta e suas consequências para o futuro da atividade e do País. Além da auto-suficiência já alcançada, o governo sonha até com a possibilidade de exportação do petróleo encontrado. Não sendo pessimista, penso que estas questões devem ser vistas com cautela, pois são estratégicas para o nosso melhor desenvolvimento.

A Câmara Técnica de Meio Ambiente do CRQ-III recebe novos participantes e traz um importante artigo sobre a disposição dos resíduos. A matéria alerta que de acordo com o IBGE, no ano de 2000, 76% dos municípios do Brasil depositavam seus resíduos em lixões a céu aberto e somente 10% os colocavam em aterros sanitários, o que fere os princípios ambientais do País. A prática vem sendo combatida, e as prefeituras vêm realizando processos de licenciamento de aterros sanitários, em virtude da pressão exercida pelos órgãos ambientais, pelo poder público e a sociedade organizada.

Em outro artigo, informamos as últimas pesquisas desenvolvidas pela Petrobras, que está investindo na segunda geração de Biocombustíveis. O projeto de pesquisa do bioetanol (etanol de lignocelulose) – biocombustível produzido a partir de resíduos agroindustriais está em testes em escala piloto, por meio de uma unidade experimental instalada no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (Cenpes).

Nesse exemplar já estamos divulgando os temas escolhidos para o próximo Concurso de Monografia do CRQ-III. Na categoria Estudantil: “**A Arte da Química e A Química na Arte**”, na categoria Profissional: “**A Química e o Lixo**”. Aos interessados em participar basta entrar no site www.crq3.org.br e consultar o regulamento.

Para finalizar, entrevistamos o professor Luiz Edmundo Aguiar, diretor do Cefet-Química, que fala sobre a profunda mudança que está ocorrendo no ensino técnico profissionalizante no Brasil, e do crescimento do Cefet-Química, com a expectativa de várias novas unidades até 2009. Desejo a todos os profissionais da Química um grande ano de boas realizações.

Eliana Myra de Moraes Soares
Presidente do CRQ-III

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 3ª REGIÃO ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

Sede

Rua Alcindo Guanabara, 24 /13º andar – Centro – Rio de Janeiro (RJ) – CEP: 20031-130 Tel.: (21) 2524-2236 Fax: r. 229

Delegacia Espírito Santo

Av. Nossa Senhora da Penha, 1465, sala 102, Santa Lúcia – Vitória (ES) – CEP: 29045-401 – Tel.: (27) 3225-0873 – Tel/Fax: (27) 3227-3158 e-mail: delegacia-es@crq3.org.br

Delegacia Campos/RJ

Pça. Santíssimo Salvador, nº 4,1 sala 405 – Centro – Campos dos Goytacases / CEP:28010-000 - Tel (22) 2733-4551 / 2733-7681

e-mail: delegaciacampos@crq3.org.br

Diretoria

Presidente Eliana Myra de Moraes Soares

Vice-presidente Carlos Alberto Rodrigues Cattoi

Secretário Harley Moraes Martins

Tesoureiro Hildebrando Rebouças Amorim

Conselheiros

Alexandre Freire Costa Fornos, Antonio Carlos Moreira da Rocha, Carlos Alberto Rodrigues Cattoi, Carlos Eduardo da Silva Côrtes, Daniel Pomeroy, David Tabak, Harley Moraes Martins, Hildebrando Rebouças Amorim, Jorge Cardoso Messeder, Jorge Reis Fleming, José Antonio de Carvalho e Silva, Luiz Carlos da Silva, Marcos Roberto Teixeira Halasz, Nelson Gonçalves Calafate, Pedro Ivo Canesso Guimarães, Sérgio de Paula Machado, Sônia Maria Cabral de Menezes.

Nota de Falecimento

Com imenso pesar, comunicamos o falecimento do professor Vicente Gentil, ocorrido no dia 16 de janeiro.

Fale Conosco

Acesse www.crq3.org.br

No site do CRQ-III seu atendimento é on-line. Acessando o site do Conselho você terá a sua disposição diversos serviços.

Informativo CRQ-III

Editor: Luciano Fuzér
reg. 24.445/MTB/RJ
luciano@tarantinos.com.br

Reportagem: Jussara Braga
Heloisa Brown

Produção: Tarantinos Comunicação & Arte
Tel: (21) 2240-5296
www.tarantinos.com.br

Errata: No informativo Set/Out 2007 - Na coluna de Olho na Lei , pág.4 - Título - “STF DECIDE PELA LEI 2.800/56...” está errado, o certo é “STJ DECIDE PELA LEI 2.800...”.

As matérias e artigos assinados no Informativo CRQ-III não representam necessariamente a opinião do Conselho Regional de Química da 3ª Região, sendo de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Disposição Final de Resíduos

Uma das grandes preocupações ambientais nas grandes cidades é a questão do gerenciamento dos resíduos sólidos. Manter um sistema de coleta adequado para o lixo gerado nas residências é um desafio já conquistado pela maioria das capitais brasileiras. Entretanto, quando o assunto é o tratamento ou a disposição final dos resíduos, a realidade encontrada não satisfaz aos requisitos ambientais estabelecidos na legislação brasileira.

Segundo o IBGE, no ano de 2000, 76% dos municípios do Brasil dispunham seus resíduos em lixões a céu aberto e somente 10% destinavam em aterros sanitários. A disposição em lixões é totalmente contrária aos princípios ambientais estabelecidos no país, pois não existem controles quanto aos resíduos recebidos, efluentes gerados (chorume ou percolado), gases emitidos (biogás), vetores presentes, entre outros. E esta realidade é agravada quando o local onde o lixão está localizado é cercado por vegetação preservada, manguezais, corpos hídricos ou outros cenários de grande relevância ambiental.

Em virtude das pressões dos órgãos ambientais e da própria sociedade, através de denúncias juntamente ao ministério público, muitas prefeituras têm buscado o encerramento dos lixões e iniciado processos de licenciamento de novos aterros sanitários.

A destinação de resíduos sólidos urbanos, e até mesmo resíduos industriais em aterros sanitários, têm sido indicada como muito interessante por agregar dois fatores relevantes no processo de escolha de uma tecnologia: o econômico e o ambiental. Ambos parecem interessantes para aterros comparativamente à outras tecnologias disponíveis.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), "...aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos, consistem na técnica de disposição desses resíduos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza os princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de

terra na conclusão de cada jornada de trabalho ou a intervalos menores se for necessário..."

Apesar da generalidade desta definição, muitos princípios de engenharia têm sido utilizados nos aterros sanitários licenciados, de modo que os impactos ao meio ambiente são reduzidos significativamente. Estas práticas foram se consolidando ao longo de vários anos e hoje são exigidas pelos órgãos ambientais como premissas para a obtenção da autorização de funcionamento.

A utilização de camadas de impermeabilização, as quais podem ser constituídas por material argiloso compactado ou geomembranas de polietileno de alta densidade (PEAD), eliminam os impactos de contaminação do solo e da água subterrânea. A cobertura diária dos resíduos no aterro, minimiza a geração de chorume e evita a disseminação de poluição, uma vez que reduz significativamente a disponibilidade de alimento a vetores, como ratos, urubus e moscas. A captação e o tratamento do chorume, associados à queima do biogás, eliminam os riscos de vazamento de efluentes e emissão de gases do efeito estufa. O monitoramento das águas subterrâneas em pontos a montante e a jusante do empreendimento fornece indicadores para avaliar a eficiência dos controles implantados e as barreiras de engenharia construídas.

O profissional da química muitas vezes se depara em suas atividades com a necessidade de destinar resíduos perigosos e não perigosos, gerados dentro e fora do processo produtivo de suas unidades de trabalho. É, portanto, sua função, identificar as alternativas disponíveis para destinação de resíduos em sua cidade e estado, e somente utilizar aquelas que apresentem licença ambiental, como é o caso dos aterros sanitários e industriais que hoje estão em operação. A disposição de resíduos industriais ou urbanos em lixões fere as diretrizes das normas e leis brasileiras, as quais têm como objetivo fundamental a minimização dos impactos ambientais ocasionados pelo homem. ■

CTMA recebe novos membros

A Câmara Técnica de Meio Ambiente do Conselho Regional de Química da 3ª Região ganhou novos membros em sua composição:

> O engenheiro químico Dr. Fernando Altino, professor e vice-diretor do IQ/UERJ, Mestre em Gestão Ambiental da Produção (COPPE) e Doutor em Comunicação Ambiental (COPPE), trabalhou por 17 anos na Bayer S.A., e atua como consultor na área industrial.

> O engenheiro químico Giovan Kronenberger, Especialista e Pós-graduado em Perícia Criminal, Homeopatia para Farmacêuticos, Tecnologia da Cachaça, Pós-graduando em Engenharia de Segurança no Trabalho e Mestrando em Planejamento Energético e Ambiental. Atualmente, Giovan, trabalha na Divisão de Qualidade de ar (FEEMA), além de atuar como Perito Judicial e Criminal, e exerce o magistério no CEFET-Química.

> O químico Sérgio Machado Corrêa é doutor em Físico-Química, "Qualidade do ar da Cidade do Rio de Janeiro: Sinergia entre Simulação e Monitoramento (UFRJ), Mestre em Físico-

Química, "Estudo da Separação de Terras Raras por Eletromigração em Contracorrente (UFRJ), Licenciado em Química (UERJ). Atualmente Sérgio é professor adjunto da UERJ. ■

Câmara Técnica de Meio Ambiente do CRQ-III

Presidente:	Harley Martins
Vice- Presidente:	Marília Vaz
Secretária:	Viviane Montebello
Membros:	Andrea Barreto, Cristina Mendonça, Eliane Zadminas, Fernando Altino, Gandhi Giordano, Gilvan Kronenberger, Jeferson de Azevedo, Paulo de Assis Passos, Priscila Mendes Zidan e Sérgio Machado Corrêa.

e-mail: ctma@crq3.org.br

www.crq3.org.br/camara_tecnica_meio_ambiente.htm

Reflexões jurídicas sobre o artigo 25 da Lei nº 2.800/56

Por Flávio Fontana Martins Lucena
Assessor Jurídico

Já dissemos nesta coluna que a anuidade é tributo da espécie contribuição corporativa, conforme previsão do artigo 149 da CRFB de 1988.

No entanto, necessário esmiuçarmos o artigo 25 da Lei nº 2.800/56 para uma melhor compreensão de que a obrigação do pagamento da anuidade decorre do registro, e que por este motivo, a não ser que existisse autorização legal expressa, os profissionais registrados não podem ser dispensados do pagamento das referidas contribuições, mesmo que não exerçam atividades na área da Química.

O supramencionado artigo 25 dispõe: “O profissional da química, para exercício de sua profissão, é obrigado ao registro no Conselho Regional de Química a cuja jurisdição estiver sujeito, ficando obrigado ao pagamento de uma anuidade ao respectivo Conselho de Química, até o dia 31 de março de cada ano, acrescido de 20% (vinte por cento) de mora, quando fora deste prazo”.

Depreende-se que a lei criou uma condição para os egressos dos cursos da área química exercerem livremente a profissão, qual seja: efetuarem registro no CRQ de sua jurisdição. E essa condição se justifica pelo fato de ser através dela que o Estado irá controlar/fiscalizar se aquele que pretende exercer atividades da Química detém a formação necessária. Por essa necessidade da satisfação dos requisitos, nos parece correto afirmar que o ato de registro é um ato administrativo vinculado, ou seja, o qual a Administração Pública está obrigada a praticar, mas somente mediante a verificação do preenchimento de certas exigências legais e situações fáticas.

Nesse ato é verificado o preenchimento do requisito de ser diplomado, sendo então definidas as atribuições para as quais o profissional estará habilitado.

Da necessidade de preencher a condição imposta pela lei para o efetivo exercício profissional, nasce uma relação jurídica entre o profissional e o Conselho Regional de Química.

Relação jurídica, em linhas gerais, na teoria do Direito, pode se dizer ser “o vínculo abstrato, segundo o qual, por fora da imputação normativa, uma pessoa chamada sujeito ativo, tem o direito subjetivo de exigir de outra, denominada sujeito passivo, o cumprimento de certa prestação”(CARVALHO, Paulo de Barro, Curso de Direito Tributário, 15ª. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, p.282).

Isso quer dizer que quando o legislador cria um vínculo entre o registro nos respectivos CRQs e a habilitação para o exercício profissional, verifica-se a existência de uma relação jurídica entre os profissionais e o órgão fiscalizador.

Diante da imputação legal de que o profissional que exerce ou pretende exercer a profissão de químico deve estar registrado, obrigando-se, por causa deste, ao pagamento de uma anuidade, podemos qualificar essa relação jurídica existente entre os químicos e o Conselho Profissional, como tributária, visto que, como anunciado anteriormente, tais anuidades são tributos,

enquadrados perfeitamente nessa definição legal, disposta no artigo 3º do Código Tributário Nacional.

Tal afirmação pode ser comprovada, assim que a anuidade se caracteriza por ser uma “prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constituía sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (art. 3º do CTN).

Diante da demonstrada relação jurídica estabelecida pela lei quando condiciona o exercício profissional a um vínculo com o Conselho, o registro no CRQ, então, é o próprio fato jurídico que gera a obrigação de pagar a anuidade. É o denominado fato gerador da contribuição.

A obrigação tributária surge com a ocorrência do fato gerador, que, por sua vez, como podemos concluir, é a situação prevista em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Diante da parte técnica-jurídica exposta, o importante é a compreensão de que não é somente o exercício efetivo da profissão que gera o dever de se pagar as anuidades.

Para o exercício da profissão é compulsório o registro e este sim é o gerador do dever de pagar a anuidade.

Por esse motivo nunca poderá ser tomada como correta a afirmação de que uma vez registrado, se não estiver exercendo atividades na área da química, o profissional estaria dispensado do pagamento.

Não exercendo a profissão, o que não é compulsório é o registro, pois não haveria realmente relação jurídica entre o diplomado e o Conselho. E em decorrência, não havendo registro, não há a obrigação de pagamento de anuidade.

É importante que os profissionais compreendam esta lógica legal, interando-se de que, exatamente por este raciocínio, do seu registro nasce a presunção de exercício profissional, já que somente está obrigado a se registrar quem efetivamente estiver exercendo ou pretende exercer a Química.

Desse modo, mais uma vez alertamos, e pedimos a colaboração dos profissionais na observância da compulsoriedade do pagamento das anuidades enquanto estiverem registrados, exercendo ou não a profissão (salvo as hipóteses de isenção para desempregados, maiores de 70 anos e aposentados que não estiverem exercendo atividades).

Porém, fica aqui também uma advertência. Não é o juízo próprio que define o exercício ou não de atividades na área da Química. O profissional não deve, no intuito de desonerar-se do pagamento da anuidade, se aqodar a pedir a baixa de registro. Cotejando minuciosamente a legislação da Química no País (é sempre indispensável beber do texto legal) com suas atividades, antes de formular pedido de baixa, o profissional deve estar certo de que não exerce qualquer atividade arrolada como afeta à Química ou qualquer outra não expressamente especificada para qual, por sua própria natureza, se exija o conhecimento da nobre Ciência, sob pena de poder incorrer em infrações éticas e praticar ilícitos, como o exercício irregular da profissão. ■

O profissional da química, para exercício de sua profissão, é obrigado ao registro no Conselho Regional de Química...

Brasil investe na segunda geração de Biocombustíveis

Por Luciano Fuzér

Os biocombustíveis estão se transformando em realidade no Brasil. A Petrobras iniciou mais uma etapa no desenvolvimento tecnológico para produção de biocombustíveis. Com o projeto de pesquisa do bioetanol (etanol de lignocelulose) – biocombustível produzido a partir de resíduos agroindustriais – a empresa entra na segunda geração de biocombustíveis e contribui para o fortalecimento da vocação natural do Brasil para energias renováveis.

Depois da etapa de testes em laboratório, o projeto de produção de bioetanol passa para a fase de testes em escala piloto, por meio de uma unidade experimental instalada no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (Cenpes), na Ilha do Fundão. Desenvolvida em parceria com a empresa brasileira Albrecht, a planta piloto de etanol de lignocelulose é única no Brasil utilizando a tecnologia enzimática.

Para a produção de etanol a partir de resíduos agroindustriais, a planta utiliza um processo de quebra de moléculas com ação de enzimas. O projeto foi desenvolvido pela Petrobras em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e outras universidades brasileiras. “O trabalho em conjunto da Petrobras com universidades começou em 2004, integrando a experiência acadêmica à capacidade tecnológica do Cenpes nessa área”, lembrou a coordenadora do projeto, a pesquisadora Lídia Santa Anna.

De acordo com a pesquisadora, qualquer rejeito vegetal pode ser utilizado na planta experimental, mas o sistema está ajustado ao bagaço de cana-de-açúcar, por ser o resíduo agroindustrial mais expressivo no país. Outra matéria-prima

que será utilizada nos testes é a torta de mamona, resíduo amiláceo do processo de produção do biodiesel a partir de mamona.

A planta experimental é capaz de produzir cerca de 220 litros de etanol por tonelada de bagaço de cana-de-açúcar. Nessa etapa do projeto de pesquisa, os pesquisadores trabalham na otimização do processo de produção e têm como objetivo alcançar a marca de 280 litros por tonelada de bagaço no mesmo equipamento. Como resultado da pesquisa, a Petrobras já fez o depósito de dois pedidos de patentes, no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Entre elas, destaca-se, como marco, o milésimo pedido de patente depositado pela empresa.

A planta experimental é capaz de produzir cerca de 220 litros de etanol por tonelada de bagaço de cana-de-açúcar...

A planta-piloto de bioetanol de lignocelulose coloca a Companhia na posição de vanguarda em relação aos biocombustíveis de segunda geração, aqueles produzidos a partir de resíduos agroindustriais e que

não competem com a produção agrícola voltada para alimentos. A utilização de resíduos como o bagaço de cana-de-açúcar pode aumentar substancialmente a produção de etanol sem aumentar a área plantada, elevando a produtividade do processo já existente pelo aproveitamento de seus resíduos. Desta forma, a produção de biocombustíveis, em futuro próximo, também poderá ser complementar à produção de alimentos. A Petrobras prevê que em 2010 será construída uma planta semi-industrial de bioetanol. ■

Fonte: Ascom/Petrobras

Concurso de Monografias

A Arte da Química e A Química na Arte - Categoria Estudantil
A Química e o Lixo - Categoria Profissional

Entrega dos trabalhos: de 05 a 16/05/2008

Premiação: R\$ 21.000,00

Edital e Regulamento disponíveis no site, nas Delegacias e na recepção do Conselho www.crq3.org.br

Brasil emergente em Petróleo

Por Luciano Fuzér



O Brasil está diante de sua maior província petrolífera, equivalente as mais importantes do mundo. A Petrobras anunciou uma nova fronteira que se estende pelas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos, em horizontes mais profundos e em rochas denominadas pré-sal.

O volume descoberto, somente na acumulação de Tupi, que representa uma pequena parte da nova fronteira, poderá aumentar em mais de 50 por cento as atuais reservas de petróleo e gás do país, que somam hoje 14 bilhões de barris.

A descoberta destas reservas está sendo considerada por analistas como muito importante. Na avaliação dos técnicos, a produção no local deve começar em 2013. Animado com a descoberta, o Governo chegou a divulgar que o Brasil poderá se tornar exportador do produto.

A província petrolífera anunciada está situada numa nova fronteira exploratória, onde pela primeira vez foi atingida a camada pré-sal. A Petrobras é a única empresa, na condição de operadora, com ou sem parcerias, que perfurou, testou e avaliou as rochas do pré-sal, até hoje.

A área denominada Tupi foi analisada e testada pela Petrobras. A análise dos testes de formação do segundo

poço no bloco BM-S-11, localizado na bacia de Santos, permite estimar o volume recuperável de óleo leve de 28° API, em 5 a 8 bilhões de barris de petróleo e gás natural. A Petrobras é operadora da área e detém 65%, enquanto que a empresa britânica BG detém 25% e a portuguesa Petrogal - Galp Energia, 10%.

Para Giuseppe Bacocoli, pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ), a descoberta de petróleo leve em um poço abaixo da camada de sal foi muito importante:

“A descoberta abre grandes perspectivas para o alongamento da atividade de produção e exploração de petróleo no país e a possibilidade do surgimento de uma nova fronteira exploratória, ampliando a longevidade da auto-suficiência do Brasil na produção de petróleo.”

Bacocoli ressaltou o grande salto tecnológico dado pela Petrobras ao encontrar petróleo depois de perfurar uma espessa camada de sal: “Por si só esta descoberta já é um recorde mundial, pois está debaixo de dois mil metros de lâmina d’água. Furar poço, atravessando uma camada de sal de mais de dois mil metros, conseguir a perfuração e



ainda produzir em um poço que deve estar a mais de seis mil metros de profundidade, representa um avanço tecnológico estupendo. Eu diria que foi um conjunto de fronteiras tecnológicas vencidas”, afirmou.

Com investimentos de US\$ 1 bilhão, nos últimos dois anos, foram perfurados 15 poços que atingiram as camadas pré-sal, sendo que oito deles foram devidamente testados e avaliados com as melhores técnicas da indústria petrolífera. Estes poços produziram óleo leve de alto valor comercial (28° API) e grande quantidade de gás natural associado.

Para atingir as camadas pré-sal, entre cinco mil e sete mil metros de profundidade, a Petrobras desenvolveu novos projetos de perfuração: o primeiro poço demorou mais de um ano e custou US\$ 240 milhões. Hoje, a Petrobras perfura um poço equivalente em 60 dias, a um custo de US\$ 60 milhões.

Os dados obtidos por esses poços, integrados a um grande esforço de mapeamento, possibilitaram delimitar, com elevado grau de segurança, que as rochas do pré-sal, ocupam uma área que vai do Estado do Espírito Santo ao de Santa Catarina, com 800 quilômetros de extensão e 200 de largura, em lâmina d’água entre dois e três mil metros de profundidade. Cerca de 25% da área de ocorrência das rochas do pré-sal já está concedida pela Agência



Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis a várias empresas petrolíferas sob a forma de blocos de exploração e concessões de produção.

Segundo a Petrobras, a análise e a interpretação dos dados de produção obtidos nos oito poços testados, com elevadíssima produtividade, forneceram elementos concretos que permitem garantir que o Brasil está diante da descoberta da maior província petrolífera do País, equivalente as mais importantes áreas petrolíferas do planeta.■

Fonte: Ascom/Petrobras

Descoberta afeta o leilão da ANP

A OGX foi a grande vencedora da Nona Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ao desbancar a Petrobras do posto de líder no valor gasto para arrematar blocos exploratórios. A empresa de Eike Batista desembolsou R\$ 1,479 bilhão para ficar com 21 blocos, dos quais cinco em parceria com a franco-britânica Petreco e dois com a dinamarquesa Maersk.

A companhia arrematou blocos de águas profundas na bacia do Espírito Santo e blocos de águas rasas nas bacias de Santos, Pará-Maranhão e Campos. A OGX foi responsável ainda pelo maior bônus pago na história das rodadas, ao desembolsar, sozinha, R\$ 344,090 milhões pelo bloco S-M-270, em águas rasas na Bacia de Santos e próximo ao campo de gás de Mexilhão.

A Petrobras se manteve como a companhia que mais blocos arrematou, com 27, e desembolso de R\$ 195,5 milhões. A Companhia Vale do Rio Doce também se destacou ao arrematar nove blocos nas bacias do Parnaíba, Santos e Pará-Maranhão, com gasto de R\$ 88,426 milhões, entrando na conta também o desembolso dos sócios.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima, afirmou que o valor de R\$ 2,109 bilhões arrecadado na Nona Rodada de Licitações não ficou aquém do esperado, apesar de, durante o dia, ter afirmado que a expectativa era de uma arrecadação de até R\$ 4 bilhões.

“Havia certas dúvidas antes de iniciar a Nona Rodada e algumas pessoas chamavam a atenção para o seu esvaziamento, o que nós contestávamos. Quando ela começou, chegamos a dizer que poderíamos atingir a R\$ 4 bilhões. Chegamos a R\$ 2 bilhões, um valor expressivo, pois mais do que dobramos o recorde da rodada anterior”, disse Lima.

Lima também ponderou que a retirada de 41 blocos, decidida no início do mês pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), comprometeu a participação das grandes empresas mundiais do setor. “Acho que as maiores se prepararam especificamente para aqueles 41 blocos. Quando o governo federal determinou a retirada dos blocos, elas provavelmente tiveram dificuldade e desinteresse em se jogar em novos pleitos”, afirmou.

Para o diretor da ANP Vítor Martins, a rodada teve como pontos positivos a forte participação das empresas nacionais, o sucesso da nova fronteira da Bacia do Rio do Peixe, na Paraíba, e a manutenção da Petrobras como a empresa que mais arrematou blocos. “Em essência, a rodada fortaleceu o modelo existente”, afirmou Martins.

Outro diretor da agência, Nelson Narciso, lembrou que 34 empresas arremataram blocos, sozinhas ou em parcerias, e o investimento mínimo previsto em exploração superou os R\$ 6 bilhões: “Ao contrário do que se pensava, o processo não ficou prejudicado, embora pudesse ter sido melhor se tivesse seguido como foi desenhado”, ressaltou.

Luiz Edmundo Aguiar

Diretor Geral do CEFET-Química

Por Luciano Fuzér



O professor Luis Edmundo Vargas de Aguiar está em seu segundo mandato (2005-2009) à frente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química. Esse carioca apaixonado pelo magistério, transformou a gestão da escola implantando novos conselhos e aproximando a sociedade da instituição. Atualmente, o CEFET-Química conta com cinco unidades: Nilópolis, Maracanã, Paracambi, Duque de Caxias e Arraial do Cabo. Mais três estão em construção: Volta Redonda, Realengo e São Gonçalo. São cerca de cinco mil alunos, divididos em cursos de ensino médio profissionalizante, graduação, pós-graduação e mestrado. Em entrevista, Luis Edmundo fala sobre o passado e projeta o futuro do ensino profissional brasileiro.

Quando as novas unidades estarão em funcionamento?

Na verdade é difícil falar de prazos, mas a unidade Volta Redonda em 2008 estará funcionando, isto porque a prefeitura já entregou o prédio pronto e o Governo Federal fez um investimento na ordem de R\$ 2 milhões na sua recuperação e na compra de equipamentos. Na unidade de Realengo, nós estamos conseguindo realizar as obras somente agora, pois temos que cumprir as determinações da prefeitura do Rio, quanto à liberação das licenças. Espero que até junho de 2009 este prédio esteja pronto, para que em agosto comecem as aulas. Na unidade de São Gonçalo, fizemos um investimento pesado, mas tivemos problemas em relação aos terrenos que nos foram cedidos pela prefeitura, e só agora demos início ao processo de licitação.

O Brasil parou de investir no ensino tecnológico?

A rede de educação profissional teve início em 1909, quando 19 escolas foram criadas por Nilo Peçanha. Em quase cem anos de existência, apenas 150 escolas de formação profissional foram instituídas, incluindo escolas técnicas, agrícolas, e vinculadas às universidades. No governo Sarney construíram-se 30 novas unidades. Após seu governo foram poucos investimentos. Mas o pior aconteceu no governo FHC, onde um acordo com o Banco de Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a criação do PROEP – Programa de Expansão de Educação Profissional – proibiu a União de expandir a sua rede, jogando a responsabilidade para estados e municípios em parceria com a iniciativa privada. Isso gerou vários problemas. Chegamos a ter algum investimento de infraestrutura nas unidades federais existentes, mas sem a possibilidade de contratação de pessoal, sem a

possibilidade de aumento de investimento, e ainda restringiram a forma de oferecer a educação profissional. Criaram o Decreto nº 2.208, que separava o ensino profissional do ensino médio, entretanto na Lei de Diretrizes e Bases está claro que a conclusão do ensino profissionalizante tem que ser acompanhado do ensino médio. O Estado do Rio não sentiu muito porque tem uma rede estadual diversificada, mas em outros estados, a evasão foi grande. Por isso, partimos para derrubar essa política e conseguimos, ao final do primeiro mandato do Governo Lula. Assim voltamos a dar a educação integrada no ensino profissional.

O que foi feito a partir daí?

O Ministério da Educação lançou um projeto de expansão da rede de ensino profissional com a criação de 70 novas escolas, algumas delas integradas às escolas existentes, outras como unidades descentralizadas. Criou ainda escolas em áreas que não havia unidades federais. Deste plano inicial 48 escolas já estão em funcionamento. Depois, o Governo lançou um segundo plano, com a construção de mais 150 escolas previstas até 2010. Mas, uma grata surpresa aconteceu: houve um acerto com o Ministério do Planejamento, sendo os recursos rapidamente liberados e tendo como consequência o adiantamento do cronograma para 2008. A idéia do governo agora é lançar um novo edital para mais 150 escolas. Assim, o Governo Lula terminaria seu mandato entregando para a sociedade 370 novas escolas técnicas e/ou CEFETs. Veja que nós passamos cem anos praticamente para alcançar o número de 150 escolas e podemos, neste curto período contar com mais 450 unidades em todo Brasil.

Essa mudança de política também pode ser creditada ao crescimento do mercado de trabalho?

Claro, o próprio mercado notou que nós tínhamos dois

“Não formamos técnicos apertadores de botões, formamos cidadãos livres, críticos e conscientes...”

Entrevista

problemas estruturais: primeiro, temos setores em que a economia não alcançou o nível de crescimento que pudesse empregar. Segundo, setores que já atingiram esse patamar não tinham mão-de-obra qualificada suficiente. São justamente estes setores que mais vêm crescendo nos últimos anos.

E o projeto Escola de Fábrica?

O Governo Federal criou alguns modelos de projetos alternativos. São projetos nacionais de inclusão rápida, e que a meu ver, serão de longa duração. A Escola de Fábrica tem por objetivo trabalhar com jovens a partir dos 14 anos, oriundos de famílias com baixa renda e que desejam entrar no mercado de trabalho. O projeto visa colocar esse jovem dentro de uma fábrica para que aprenda um ofício, sendo necessário que o jovem se matricule no ensino regular. Ele ainda recebe uma bolsa de meio salário-mínimo, além de alimentação, transporte e vestuário adequado. Tivemos também todo cuidado para que o projeto não fosse uma volta ao passado, formador apenas de jovens artesãos. Tenho orgulho em dizer que o CEFET-Química é a instituição que abriga o maior número de projetos da Escola de Fábrica. Começamos o projeto piloto no barracão da Beija-Flor de Nilópolis.

Como foi esse processo?

Foi interessante. Os barracões das Escolas de Samba têm um trabalho sazonal, e muita gente vai para ajudar e acaba ganhando uma remuneração. Diante disso, fizemos um acordo com a prefeitura local e com a Beija-Flor para treinarmos todos os instrutores para a didática de ensino e relacionamento com os alunos. Melhoramos a prática tecnológica vigente, com novas tecnologias de pintura, de rolamentos, engrenagens, novas ferramentas e na área de controle de qualidade. Foram criados vários cursos nas áreas de chapelaria, adereços, costura, serralheria, escultura e outros. Fechamos convênio parecido com a Unidos do Grande Rio, com a Liga de Blocos Carnavalescos de Paracambi e com a Liesa. Outras áreas estão sendo contempladas pelo projeto Escola de Fábrica, como por exemplo, a Coca-Cola, a Farmanguinhos. Atualmente são 73 projetos em andamento, beneficiando um total de 2.800 alunos.

O CEFET-Química tem acompanhado as mudanças que ocorrem rapidamente na sociedade atual?

Acompanhar a evolução da ciência e da tecnologia é fundamental. No CEFET-Química temos uma característica diferente, somos ligados ao mundo do trabalho, então precisamos nos atualizar permanentemente. Nossos currículos são revistos anualmente, e temos representantes da Federação das Indústrias, do Comércio e da Agricultura em nosso Conselho. Mantemos também um bom relacionamento com os sindicatos de trabalhadores. A escola para acompanhar isso precisa investir em pesquisa, e atualmente temos 13 grupos de pesquisas credenciados pelo CNPq. Nossa meta é alcançar 22 cursos. Desde 1998, quando eu

atuava somente como professor, o CEFET-Química deu início ao projeto de popularização e divulgação científica, por entender que a ciência não é uma coisa só de “iluminados”. É importante desmitificar a idéia de que o conhecimento científico só atende a uma camada da população. Sabemos que esse conhecimento foi usado durante muitos anos como instrumento de dominação ideológica. O projeto mostra que o cidadão comum também pode produzir ciência, e tem a intenção de despertar nos jovens interesse nas carreiras científicas. Apenas 30% das bolsas de pesquisas no Brasil são voltadas para a área de desenvolvimento tecnológico, diferentemente de outros países como Japão, Coreia, Índia, Rússia e China, que chegam a 70%.

O aluno do CEFET-Química também aprende a empreender?

Certamente. São diversos projetos que estão em desenvolvimento na formação de empresas, além de parcerias com Bio-Rio e outras incubadoras de empresas.

Os CEFETs podem ajudar a democratizar o registro de patentes tecnológicas no Brasil?

O Brasil investe hoje cerca de 3% do seu PIB em pesquisa, mas detém apenas 0,01% das patentes industriais. Isso é um problema para um país que se propõe a dar um salto. O Ministério da Educação, o Ministério da Ciência e da Tecnologia e o próprio Ministério do Trabalho perceberam que a vinculação dos Cefets com o mundo trabalho pode se transformar em agente propulsor de uma nova política de patentes. Para isso, o Ministério lançou um desafio na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Isso é uma novidade, pois os Institutos ou eram de educação, ou de ciência, ou de tecnologia. Portanto, estamos trabalhando nesse sentido, e o edital deve sair convocando os Cefets que desejarem se adequar ao novo modelo, tornando-se um Instituto de Ciência, Educação e Tecnologia. Do ponto de vista político educacional, estamos dando um grande passo; porém, do ponto de vista legal, ainda estamos “amarrados” ao INPI, que precisa se modernizar.



Fevereiro

QUÍMICA E TOXICOLOGIA FORENSES

Local: Auditório do CRQ-III

Valor: R\$ 200,00 (profissionais registrados e em dia com suas anuidades) R\$ 250,00 (outros interessados)

Inscrição: Até 15/02/2008, no CRQ-III mediante apresentação do comprovante de depósito no: Banco do Brasil - Agência 0392-1- C/C 152.060-1

PROCESSAMENTO DE PLÁSTICOS E BORRACHAS (Especialização) - do Instituto de Macromoléculas (IMA)

Inscrições Abertas

Local do Curso: Instituto de Macromoléculas, UFRJ; - Centro de Tecnologia, Bloco J - Ilha do Fundão Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Informações e reservas: Tel: (0xx21)2562-7230 (secreletrônica) ou 9988-3517 E-mail:especializacao@ima.ufrj.br

Março

TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO DE BIODIESEL NO BRASIL (GRATUITA)

Palestrante: Carlos Nagib Khalil (Petrobras/CENPES)

Data: 12/03/2008 Horário: 18:30h Local: Auditório do CRQ-III

Breve descritivo das principais tecnologias aplicadas à produção de biodiesel no Brasil, a partir de matérias-primas disponíveis no mercado nacional, notadamente as tecnologias que contemplam a valorização dos co-produtos, a inclusão social no campo e a eficiência energética do processo. Será fornecido certificado de participação.

TECNOLOGIA DE BENEFICIAMENTO DE CACAUE FABRICAÇÃO DE CHOCOLATE

Instrutor: Paulo Roberto Antolini – Químico Industrial especializado em Confeitaria e Chocolateria pela ZDS/ Alemanha

Data: 29 de março e 05 de abril de 2008

Horário: de 08:00 às 17:00h Local: Auditório da Delegacia Regional do ES Valor: R\$ 160,00 (profissionais registrados e em dia com suas anuidades) R\$ 200,00 (outros interessados)

Inscrição: Até 24/03/2008 na Delegacia Regional do ES, mediante apresentação do comprovante de depósito no: Banco do Brasil - Agência 0392-1- C/C 152.060-1

Abril

“INTRODUÇÃO AO ESTUDO TÉCNICO DAS ESSÊNCIAS E DOS PRODUTOS PERFUMADOS

Local: Auditório do CRQ-III

Valor: R\$ 280,00 (profissionais registrados e em dia com suas anuidades, estudantes da área química e farmácia), R\$ 350,00 (outros interessados)

Inscrição: Até 01/04/2008, no CRQ-III mediante apresentação do comprovante de depósito no: Banco do Brasil - Agência 0392-1- C/C 152.060

Aconteceu - ES

Segundo Semestre 2007

Cristina Maria dos Santos Sad – Vice – Delegada

1) Fórum de Petróleo da UN-ES - Petrobras

Nos dias 07, 08 e 09 de agosto, ocorreu o III Fórum de Produtos da UN-ES, no Hotel Senac, Vitória. O evento tem como objetivo informar a cadeia de valor da Petrobras as ações referentes a Gestão de Produtos da UN-ES para atendimento aos requisitos de qualidade e volume dos produtos óleo e gás natural.

2) Colação de Grau -Formatura Química – Licenciatura e Bacharelado -FAESA – 4 setembro de 2007

3) Abertura da Jornada de Iniciação Científica – UFES – Foram apresentados nos dias 7 e 8 de novembro trabalhos de iniciação científica dos alunos de graduação da UFES e instituições particulares.

4) 1º Ciclo de Seminários de Pós-graduação em Química- UFES de 16 a 17 de novembro de 2007

5) Abertura do Seminário Coquetel: “A metrologia como fator de desenvolvimento para o Espírito Santo”, no dia 29 de novembro de 2007, 18:30 às 22:00 h, no FINDES.

Compareceram ao evento autoridades locais, profissionais das empresas, professores e alunos do CEFETES, UFES, FAESA

6) Seminário “A metrologia como fator de desenvolvimento para o Espírito Santo”

Realizado pela Rede Capixaba de Metrologia (RCM) no dia 30 de novembro de 2007 de 8:00 às 18:00 h, no Fines, Vitória – ES

7) Formatura no Colégio São Camilo (ES) - O vice-presidente do CRQ-III, Carlos Cattoi compareceu em 13/12, a formatura da Turma de Técnico em Química.

8) No dia 13 dezembro a presidente do CRQ-III, Eliana Myra, participou da reunião dos presidentes Regionais no CFQ em Brasília, na qual ficou decidido pela não prorrogação do prazo de troca de carteiras. A partir de janeiro de 2008 estará em situação irregular todo profissional da química que portar a carteira antiga.

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 3ª REGIÃO RJ/ES BALANCETE FINANCEIRO janeiro a dezembro de 2007

TOTAL DE ENTRADAS.....	4.216.953,55	TOTAL DE SAÍDAS.....	-4.193.031,64
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.195.651,77	DESPEZA ORÇAMENTÁRIA	-4.193.031,64
RECEITA CORRENTE	4.160.910,02	DESPEZA CORRENTE	-4.022.708,37
Receita de Contribuições	2.824.784,93	Pessoal e Encargos Sociais	-1.685.154,51
Receita Patrimonial	69.039,44	Cota-parte ao CFQ	-1.019.453,00
Receita de Serviços	569.849,19	Outras Despesas Correntes	-1.318.100,86
Outras Receitas Correntes	697.236,46		
RECEITA DE CAPITAL	34.741,75	DESPEZA DE CAPITAL	-170.323,27
Alienação de automóveis	34.741,75	Aquisição de Bens	-170.323,27
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	21.301,78	DESPEZA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
Diminuição do Ativo Financeiro	706,05	Aumento do Ativo Financeiro	
Aumento do Passivo Financeiro	20.595,73	Diminuição do Passivo financeiro	
DISPONÍVEL EM 31/12/2006.....	476.344,03	DISPONÍVEL EM 31/12/2007.....	500.265,94

(+) Superávit Orçamentário => 2.620,13

(+) Superávit Financeiro => 21.301,78

Acréscimo financeiro 23.921,91



SSEQ-RJ - Sindicato dos Químicos e Engenheiros Químicos do Estado do Rio de Janeiro

INFORMATIVO SSEQ-RJ

SSEQ-RJ – Há 76 anos lutando pela Química e pelo Profissional de Química de Nível Superior.

SAUDAÇÕES – O SSEQ-RJ saúda e agradece a todos os profissionais da Química que acompanharam nossas atividades durante o ano de 2007, bem como colaboradores diretos e indiretos, funcionários e entidades em geral, que com suas participações colaboraram para o bom desempenho do SSEQ-RJ. Desejamos um ano de 2008 próspero e que possamos caminhar juntos para uma nova jornada repleta de realizações neste ano que se inicia.

CONVOCAÇÃO – O SSEQ-RJ convoca todos os seus associados para a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 04 de março de 2008 para a aprovação das contas do SSEQ-RJ referente ao exercício de 2006.

GNV – O Sindicato da Indústria de Reparadores de Veículos e Acessórios do Estado do Rio de Janeiro vai a justiça pedir indenização devido à perdas geradas pelo Governo Federal. Eles querem que o imposto cobrado de motoristas particulares que fizeram conversão para GNV seja cobrado de forma uniforme. O segmento aguarda texto de projeto que será enviado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

LEITE ADULTERADO – A adição de soda cáustica, ácido nítrico e água oxigenada ao leite, é considerada para nós um crime, que deverá ser punido com todo o rigor, principalmente contra o Engenheiro Químico de Minas Gerais que vendeu a fórmula às cooperativas. Há anos esses criminosos prejudicam crianças, homens, mulheres e idosos. O SSEQ-RJ reafirma a sua posição em não compactuar com empresários, profissionais e todas as pessoas envolvidas neste bárbaro episódio.

LICENÇA-MATERNIDADE – O benefício da licença maternidade poderá aumentar dos atuais quatro meses para seis meses em caráter optativo. As empresas privadas receberão em troca, incentivos fiscais. É o que determina o Projeto de Lei da Senadora Patrícia Saboya. Projetos como estes deverão ser comemorados por nós, pois resguardam o bem estar e a atenção às crianças prestadas por suas mães nesta importante fase da vida.

OS CURSOS QUE SERÃO MINISTRADOS EM 2008:

- **TOXICOLOGIA OCUPACIONAL – MARÇO DE 2008**
- **QUALIDADE SIX SIGMA – ABRIL DE 2008**
- **LEGISLAÇÃO E CRIME AMBIENTAL – MAIO DE 2008**
- **ÁGUAS DE RESFRIAMENTO E REFRIGERAÇÃO – JUNHO DE 2008**
- **LOGÍSTICA – AGOSTO DE 2008**
- **SEGURANÇA DO TRABALHO E MEDICINA OCUPACIONAL – SETEMBRO DE 2008**
- **GESTÃO INTEGRADA QSMS – OUTUBRO DE 2008**
- **TECNOLOGIA APLICADA A RESÍDUOS – NOVEMBRO DE 2008**
- **AValiação DE EQUIPES PARA ALTO DESEMPENHO – A DEFINIR**

Maiores informações sobre cursos e eventos, favor entrar em contato com o SSEQ-RJ: www.sseqrj.org/ / sseqrj@alternex.com.br ou pelos telefones 2220-9088 / 2220-0087.

CONVÊNIOS: O SSEQ-RJ oferece 20% de desconto em todos os cursos da área holística. Contato com o Terapeuta Rogério Pires através do www.phatae.com

O PSICÓLOGO – José Antonio de Carvalho e Silva, oferece seus trabalhos terapêuticos para os Profissionais da Química sindicalizados ou não, e seus dependentes. Telefone para contato: (21) 8158-9605 – e-mail: jose.antonio@ajato.com.br

QUER TER OS SEUS DIREITOS RESPEITADOS? Associe-se ao SSEQ-RJ, sua filiação é muito importante para nós. Visite o nosso site www.sseqrj.org ou ligue para os telefones 2220-9088 / 2220-0087



PAPELARIA UNIÃO

Os profissionais da Química registrados e seus funcionários poderão obter descontos nas compras de produtos, mediante a apresentação da carteira de registro profissional e os funcionários, crachá. Terão 10% de desconto para os produtos comprados na loja, ou por telefone, ou fax, excetuando-se suprimentos de informática e papéis; 15% nas compras pela internet com valores acima de R\$50,00. Pagamento facilitado em três vezes sem juros nos cartões para compras acima de R\$ 100,00

ORTOPEDIA SANTO ANTÔNIO

Rua Hipólito da Costa, 12, loja G, Vila Isabel

Tel: 2568-0531 / 9971-9654

e-mail: osa_online@yahoo.com.br

Nos produtos ortopédicos, como órteses e próteses nacionais e importadas, todos os profissionais registrados têm 20% de desconto.

PLANO DE SAÚDE UNIMED

Os profissionais registrados poderão obter descontos diferenciados. A data limite para o ingresso é o dia 13 de cada mês, com o 1º pagamento para o dia 10 do mês subsequente. Empresas registradas podem orçar planos empresariais, utilizando seu próprio CNPJ. Informações (21) 2524-2236, r. 224, das 13h30 às 17h30. Cel. 9104-4707

e-mail: emanicarneiro@ig.com.br.

SEGURO DE AUTOMÓVEIS E OUTROS RAMOS

Profissionais registrados e dependentes têm desconto nos seguros de automóveis e aproveitamento de bônus das seguradoras do mercado. Informações (21) 2524-2236, r. 224, das 13h30 às 17h30. Cel. 9104-4707 e-mail: emanicarneiro@ig.com.br.

JUSTOUR

A agência de viagens Justour oferece aos profissionais registrados descontos: de 7% nos pacotes nacionais e internacionais (parte aérea + hotel + transfer.+ city tour); de 5% para hotéis, cruzeiros, aluguel de automóveis e bilhetes aéreos nacionais e internacionais. Mais informações à av. Rio Branco, 156/1519. Tel.: (21) 2220-0907 / 2240-1955.

ACM – ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS

A Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro oferece aos profissionais registrados descontos: para associado pleno (20%) – que dá direito à prática de diversas atividades desportivas; para associado especial – somente musculação ou ginástica e jogos de quadra. Consultar o setor de associados. No ato da matrícula, basta apresentar

a carteirinha do CRQ-III. Mais informações à rua da Lapa, 86, Centro. Tel.: (21) 2509-5727 ou no site www.acmrio.org.br.

CRQ-III E UNIVERSIDADES GAMA FILHO, ESTÁCIO DE SÁ, UNIGRANRIO E FAESA

Possuem convênio no qual todos os profissionais registrados e em dia com o Conselho, incluindo seus dependentes, terão várias opções de desconto. Mais informação no site www.crq3.org.br

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

(Estresse no trabalho e outras patologias)

Os profissionais da Química, devidamente registrados e em dia com o Conselho, e seus dependentes, terão desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor da consulta.

Psicólogo: José Antonio de Carvalho e Silva

Tel.: (21) 8158-9605 E-mail: jose.antonio@ajato.com.br

RESTAURANTE DITO & FEITO

Rua Álvaro Alvim, 37 sobreloja - Cinelândia

Tel.: 2240-1685/2220-1244

Desconto de 10% aos profissionais registrados, de 2ª a 6ª feira, das 11h às 15h

E-mail: cinelandia@ditoefeito.com.br

Calendário de Entrega de Carteiras

Meses	Dias	Horários
Fevereiro	11 25	10 h 17 h
Março	03 17	10 h 17 h
Abril	07 28	10 h 17 h
Mai	05 19	10 h 17 h
Junho	02 16	10 h 17 h

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 3ª REGIÃO RJ/ES

Zelar pelo correto exercício da profissão de químico com a finalidade de proteger a sociedade e o meio ambiente, mediante a fiscalização e o registro de profissionais e empresas, bem como realizar ações que estimulem o desenvolvimento tecnológico nacional, de acordo com a legislação vigente.